

Conferência sobre o Projeto Calha Norte realizada no Instituto Superior de Estudos Amazônicos (ISEA), Manaus, em 06.

| |
|--------------------------|
| INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL |
| data 07, 04, 88 |
| cod E4D00041 |

Locutor - Vamos dar início à conferência sobre o Projeto Calha Norte. Para compor a mesa, chamamos o Vice-Governador do Estado do Amazonas, Dr. Vivaldo de Barros Frota; o representante da Assembléia Legislativa, Deputado Humberto Michilles; o conferencista coronel-aviador Antônio do Nascimento; o conferencista capitão-de-fragata Afonso Barbosa; o representante do CMA, coronel Godoy; o representante do capitão dos portos, comandante Monteiro; o comandante geral da Polícia Militar, coronel Pedro Rodrigues Lustoza; o amazonólogo Prof. Dr. Samuel Benchimol; o diretor presidente do INPA, Dr. Herbert Schubart e o Secretário Geral do ISEA, Dr. Luiz Maximino de Miranda Correa.

Luiz Maximino - Boa tarde, senhores e senhoras, damos hoje a continuação das conferências do Instituto Superior de Estudos da Amazônia. Tenho a honra de passar a presidência ao Vice-Governador do Estado do Amazonas, Dr. Vivaldo Frota.

Dr. Vivaldo Frota - Senhores conferencistas, senhores integrantes da mesa, professores, acadêmicos, senhores secretários de estado, meus senhores, minhas senhoras. É uma honra para nós presidirmos mais esta sessão do ISEA. Devo, no entanto, esclarecer aos presentes que o Governador Amazonino Mendes, acometido que foi de mal súbito, se viu privado de aqui estar, como era do seu desejo. Vamos ter a satisfação hoje de assistir duas grandes conferências, proferidas pelo coronel-aviador Antônio Nascimento e pelo capitão-de-fragata Afonso Barbosa, sobre o Projeto Calha Norte. Tenho questionado que o ISEA é um órgão que tem um Conselho eleito, Conselho este composto de integrantes indicados pelos governadores da Amazônia. O Governador Amazonino Mendes é o Presidente deste órgão, mas se encontrando aqui presente um Conselheiro deste órgão, o prof. Samuel Benchimol, quero ter a satisfação e a honra de passar a ele a direção dos trabalhos e o encaminhamento da discussão após as conferências. Passo assim a direção dos trabalhos ao Conselheiro Samuel Benchimol.

Prof. Samuel Benchimol - Agradecendo a honra especial do Vice-Governador Vivaldo Frota em conceder-me a presidência e a direção dos trabalhos da reunião de hoje, declaro iniciados os trabalhos e a respectiva sessão, na qual iremos ter o prazer de ouvir dois depoimentos de duas ilustres personalidades brasileiras. A primeira, do coronel-aviador Antônio do Nascimento, Sub-chefe da 3ª Sub-Chefia da Secretaria-Geral do Conselho de Seguran

ça Nacional, engenheiro aeronáutico, faz parte do Comando do Estado-Maior da Aeronáutica, tendo exercido funções como professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica e instrutor da Escola de Comando do Estado-Maior da Aeronáutica, bem como do capitão-de-fragata Afonso Barbosa, da Marinha de Guerra do Brasil, que atualmente exerce a _____ do Conselho de Segurança Nacional. Como os srs. sabem, o Conselho de Segurança Nacional é um órgão de assessoramento da Presidência da República no seu mais alto nível, não se trata de um conselho militar, é um conselho no qual todos os ministros da República fazem parte, além, naturalmente, dos órgãos das chefias dos estados-maiores das três forças armadas, mas é um conselho extremamente civil dedicado ao assessoramento da Presidência da República nas questões de segurança nacional, não confundir Conselho de Segurança Nacional com Serviço Nacional de Informação. A propósito desta conferência sobre este tão polêmico tema que é o Calha Norte, eu gostaria apenas, a título de introdução, dizer aos meus amigos, aos meus conterrâneos, que o programa do Calha Norte inscreve-se dentro de uma das quatro vertentes geopolíticas da nossa Amazônia. A primeira vertente é a da oceanidade atlântica, na qual o Brasil detém cerca de 1100 quilômetros. A segunda vertente geopolítica é a de sua ribeirini-dade, dos povos ribeirinhos das margens dos rios na calha central. A terceira vertente é a da continentalidade, ou mediterraneidade, ou seja, o processo do "hinterland" amazônico, na zona de transição para o Planalto Central. E a quarta vertente, é a daquilo que eu chamo de vertente da fronteraneidade, exatamente a região periférica, fronteiriça, situada no grande arco da fronteira cispá-ciana e cisandina. O Projeto Calha Norte insere-se dentro desse conceito da fronteraneidade e é um projeto brasileiro, não militar, é um projeto essencialmente básico para o futuro da nacionalidade brasileira e sua integração nacional e por isso, eu tenho certeza, as expressões, as palavras, os conceitos a serem emitidos aqui por estes dois ilustres conferencistas, irão esclarecer a função, os objetivos, a finalidade do Projeto Calha Norte, que interessa sobretudo a nós do Estado do Amazonas, que possuímos o maior arco, o maior trecho da fronteira cispá-ciana e cisandina, onde se situa a grande área do enecúmeno amazonense. Com a palavra, portanto, o coronel-aviador Antônio Nascimento que terá como assessoramento o capitão-de-fragata Afonso Barbosa.

Coronel Nascimento - Excelentíssimo Sr. Vice-Governador do Estado, Dr. Vivaldo de Barros Frota, Exm^o sr. representante da Assembléia Legislativa, Deputado Humberto Michilles, Exm^o sr. Conselheiro do Instituto Superior de Estudos da Amazônia, professor Samuel Benchimol, demais componentes da mesa, minhas senho

ras, meu senhores, inicialmente nós desejamos agradecer o convite formulado pelo Governador Dr. Amazonino, que nos ofereceu esta oportunidade de trazer o Calha Norte, quando já está entrando no seu segundo ano de execução, quando ele amplia as suas ações, eu gostaria nesse momento de fazer uma pequena correção, nós iremos dividir o nosso tempo em uma palestra, onde eu apresentarei o Projeto Calha Norte, e numa seguinte etapa nós iríamos não debater o Projeto Calha Norte, nós poderíamos trocar idéias, entendermos o Projeto, vermos nele as diferentes aberturas que ele nos oferece em todas as suas categorias de projeto e dessa maneira nós tentamos minimizar um pouco essa má vontade que nós não entendemos a razão, do Projeto Calha Norte. Nós iremos dividir nossos trabalhos nesta parte expositiva numa introdução, depois nós iremos passar por uns antecedentes, fruto de uma análise no âmbito interno e externo, logo em seguida eu apresentarei o Projeto Calha Norte propriamente dito, como ele está estruturado, quais os recursos alocados para 88, quais os recursos alocados para o quadriênio 89/91, qual a sua situação atual e vamos passar para uma conclusão. Posteriormente, então, poderíamos passar a nessa fase de troca de idéias sobre o Projeto Calha Norte.

O Projeto Calha Norte originou-se de uma visão político-estratégica do Excelentíssimo Sr. Presidente de República que determinou a realização de um estudo para examinar as reais dimensões da problemática da Região Amazônica, situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, a fim de propor medidas que viessem assegurar, ao menos em grau razoável a garantia da soberania e da integridade do território nacional. Naquela região, cujos contornos foram definitivamente estabelecidos pela ação eficiente e patriótica do Barão do Rio Branco.

Recentemente, numa reunião ministerial, o Presidente Sarney ressaltou esse seu posicionamento face àquela carente região e externou as razões que o determinaram a desenvolver os trabalhos no sentido de implementar o referido projeto. Essas razões estão sintetizadas nessas colocações: a necessidade de dar continuidade à ação de demarcação de nossas fronteiras norte, após a solução pacífica de possíveis questões, aumentando a densidade dos marcos de fronteira e a recuperação daqueles destruídos pela ação do tempo e pela regeneração das florestas, a necessidade de intensificar o relacionamento bilateral com os países limítrofes para melhorar as condições de vida das populações da faixa de fronteira, bem como, harmonizar o relacionamento e a presença dos diversos estados vizinhos nessa área, a necessidade de aumentar a presença brasileira, com base na ação pioneira das forças armadas, e a necessidade de proteger e assistir as populações indígenas.

Fruto dessa orientação, a Secretaria-Geral do Conselho de Seguran-

ça Nacional deu início em maio de 1985 aos estudos determinados. Foram analisados no âmbito externo os problemas de definição entre países limítrofes, especialmente entre a Venezuela e a Guiana e entre a Guiana e o Suriname, movimentos guerrilheiros terroristas, sérias deficiências no que diz respeito ao adensamento de marcos para caracterização de nossas fronteiras. No âmbito interno, foram detalhadamente analisadas as características geográficas, os aspectos demográficos, ecológicos, econômicos, psico-sociais e militares. No âmbito externo, na parte relativa a fronteiras, a região, como sabemos, delimita-se com quatro países, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana, o Suriname e com o departamento ultramarino francês da Guiana. Com todos esses países nós não temos indícios, a curto prazo, de comprometimento das relações bilaterais. Outro foco de preocupação é a disputa de fronteira entre a Venezuela e a Guiana e entre a Guiana e o Suriname. Em ambos os casos, em confrontação armada, pode-se esperar a penetração em território nacional, podendo originar uma questão internacional não desejada.

No tocante ao movimento guerrilheiro terrorista também preocupam os movimentos de considerável expressão que atuam nas proximidades da fronteira daquela região amazônica, especialmente o M-19 na Colômbia, com alguns fatos identificados de comércio de armas e gêneros alimentícios na região do Alto Rio Negro. O movimento guerrilheiro controla, inclusive com armas pesadas, um garimpo nas proximidades da Cabeça do Cachorro; nesse garimpo já trabalham vários brasileiros.

No tocante aos marcos limítrofes, quanto à nossa fronteira com aqueles países, não há problemas de definição dessa linha demarcatória, porém há sérias deficiências no que diz respeito à pequena quantidade de marcos limítrofes. Normalmente, aqueles países é que se preocupam em intensificar os trabalhos de implantação de marcos e a omissão brasileira já deu ensejo à especulação negativa.

No tocante ao âmbito interno, na parte de caracterização geográfica podemos dizer que a região que está situada ao norte dos rios Solimões e Amazonas, compreende terras dos Estados do Amazonas e do Pará, situada à margem esquerda dos referidos rios e ainda os territórios do Amapá e Roraima, abrangendo uma superfície de 1.221.000 km². É uma região de baixíssima densidade demográfica, 1,2 hab/km² com cerca de 1.620.000 habitantes, que representam pouco mais de 1% da população nacional e mesmo assim concentrados nos poucos núcleos expressivos, Manaus, Macapá e Boa Vista e outros pequenos núcleos situados às margens dos grandes rios. Os indígenas que lá vivem representam apenas 0,04% da população brasileira.

No tocante aos aspectos econômicos é uma região extremamente rica de recursos naturais, destacando-se o conhecimento e a sensibilidade pública internacional sobre suas imensas florestas, calculadas

em 140 milhões de hectares, ou seja, 15% das florestas mundiais. Seu solo é, em termos gerais, pobre, mas existem inúmeros trechos de boa qualidade, inclusive terra roxa, que formam dezenas de milhões de hectares de solos próprios para atividades agrícolas. A região praticamente não possui energia hidrelétrica para atender às necessidades de desenvolvimento da área e também não possui uma rede viária. Existem apenas implantadas as seguintes rodovias todas praticamente não pavimentadas e dependentes das condições climáticas. O trecho Jari/Oiapoque com 812 km, Manaus/Caracarái/Boa Vista com 800 km, São Gabriel da Cachoeira/Cucuí, em término de implantação, com 192 km, Boa Vista/Bonfim, Manaus/Itacoatiara e pequenos trechos da BR-210 que é a Perimetral Norte. O transporte fluvial é sub-utilizado especialmente ao longo dos rios Amazonas-Solimões, Branco e Negro. A infra-estrutura aeroviária é razoável, face à grande importância do transporte aéreo para a região. A região é marcada pelo rudimentarismo de suas formas produtoras na agricultura, pecuária e nas atividades extrativas florestal e mineral. Por outro lado, as pesquisas geológicas realizadas pelo projeto RADAM confirmam a existência de consideráveis reservas minerais em diversas áreas da região. Na área do antigo GEBAM, no Amapá e no Pará foi identificada uma área rica em cobre e associados. Na área do Rio Trombetas, no Pará, bauxita metalúrgica, na região de Almeirim, no Pará, bauxita refratária, no Alto Rio Negro, Cabeça do Cachorro, aqui no Amazonas, cassiterita, ouro e nióbio e vários outros metais e terras raras. Nos rios Jari e Capim, no Amapá e Pará, existe o caulim, em Roraima existem ricas jazidas de ouro, diamantes, cassiterita e muitas outras jazidas ao longo da região. Deve-se ressaltar, ainda no aspecto mineral, o fato de grande número de jazidas minerais situadas em áreas indígenas ou pretensamente indígenas, interditas pela FUNAI para fins de estudo e delimitação. (lamenta a impossibilidade de usar as transparências: Levantamentos do RADAM, Situação das terras indígenas em 1981 e Situação das terras indígenas em 1986). Tem havido um caminhar bastante acentuado dessas terras indígenas para cima daqueles levantamentos minerais efetuados pelo RADAM. Esse caminhar normalmente tem provocado uma série de problemas entre garimpeiros e índios e entre índios e mineradoras. É uma série de problemas que vem ainda tumultuar mais a área. Além disso, as técnicas rudimentares utilizadas nos garimpos estão poluindo gravemente diversos rios da região. Tais fatores têm impedido uma exploração ordenada e efetiva dos recursos minerais da região. Em síntese, as atividades econômicas na região são praticamente inexpressivas, em volume, caracterizando-se as existentes pela desorganização, baixa qualidade, baixa produtividade, depreciação ambiental, especialmente destruição de floresta, que causa

grande degradação do solo e desequilíbrio na fauna e flora.

Aspectos psico-sociais - Como o resto do país, e até com maiores carências a região do PCN apresenta preocupantes indicadores sociais: desnutrição, baixa expectativa de vida, altas taxas de mortalidade infantil, baixa proporção de médicos e leitos hospitalares por habitante, insuficiência de moradia, analfabetismo, falta de emprego, evasão escolar, insuficiência de meios de comunicação e ausência de saneamento básico. A assistência médico-sanitária é inexistente ou extremamente precária no interior da região, havendo elevada incidência de moléstias sociais e endêmicas, especialmente malária, leishmaniose, oncocercose, hanseníase e tuberculose.

As atividades ilícitas na região desenvolvem-se quase sem controle ou repressão por parte dos órgãos governamentais. A plantação de coca ou epadu, a sua colheita, refino para comercialização, que são as etapas do narco-tráfico constituem atividades ilegais que estão se intensificando em extensas áreas da faixa da região. Os montantes financeiros auferidos com o narco-tráfico não apenas representam um perigo para a vida política da região como também permitem o estabelecimento de áreas geográficas fora do controle do poder nacional. É preocupante também as associações de narco-traficantes com os grupos guerrilheiros que atuam próximos às nossas fronteiras. Tal situação aumenta o poder político e militar dos primeiros e confere maior poder econômico às guerrilhas. Além desse problema temos o contrabando, o descaminho de minerais, pedras preciosas e outros produtos. A imigração ilegal e a atuação suspeita de entidades religiosas e outros grupos de pressão e conflitos fundiários em exploração clandestina de recursos minerais e em ações contestatórias à política indigenista oficial brasileira. A respeito da política indigenista oficial brasileira tem-se observado que ela vem sendo, nos últimos anos, objeto de contínua e crescente contestação por parte de grupos nacionais e internacionais. Tais grupos opõem-se frontalmente ao primeiro objetivo da referida política, constante no art. 1º do Estatuto do Índio que prevê a integração dos silvícolas e das comunidades indígenas progressiva e harmoniosamente à comunhão nacional. Com a justificativa de assegurar a efetiva proteção e a integral preservação dos diferentes agrupamentos indígenas existentes no país propugnam pela delimitação e demarcação de áreas indígenas de grandes dimensões. Algumas chegando a alcançar a relação de 24.375 ha X habitante, inúmeras vezes em detrimento do direito de posse de famílias que vivem na área questionada há uma geração ou mais. Na área do PCN, a área indígena Yanomami abrange 94.191 km², com cerca de 8.000 índios. Isso significa uma extensão maior que a Hungria cuja população é de 11.000.000 habitantes.

Consideram ainda fundamental que tais comunidades venham a ter o domínio do subsolo, a garantia de autodeterminação política e econômica e, até mesmo, o reconhecimento de nacionalidade diferente do restante da sociedade nacional.

A prevalecer as idéias contestatórias dos citados grupos poderão propiciar a formação de extensos enclaves rarefeitos demograficamente e dissociados da comunhão nacional com a sua possível evolução para nações indígenas autônomas, com todos os inconvenientes decorrentes, especialmente se considerarmos que tais grupos indígenas localizam-se nas faixas de fronteira não vivificada da Amazônia. Nessas regiões fronteiriças os inconvenientes são ainda maiores considerando ser fundamental que o Brasil deva poder responder a toda e qualquer presença de aglomerados humanos do país vizinho na linha de fronteira com um contingente brasileiro no seu lado que seja representativo na nacionalidade e no seu desenvolvimento social. A presença brasileira também no aspecto militar, os efetivos e instalações militares existentes na área podem ser considerados como extremamente reduzidos, ressaltando-se Manaus e Boa Vista, as bases aéreas e as operações fluviais da Marinha.

Em síntese, a região denominada Calha Norte é extremamente carente de recursos sócio-econômicos, de difícil penetração, com imensos vazios demográficos, extensa faixa de fronteira fracamente vivificada e com ausência quase que absoluta do poder público.

O sr. Presidente da República determinou a criação de um grupo de trabalho interministerial com a incumbência de apresentar medidas que buscassem assegurar, em grau razoável, a garantia da soberania e integridade do território nacional. Esse grupo de trabalho desenvolveu suas reuniões sob a coordenação da SEPLAN e com a participação, além do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Interior, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e de diversos órgãos como a FUNAI, os ministros militares e o Ministério da Fazenda.

Naquele ano de 1985, os governos de estados e territórios, bem como os organismos regionais externaram os problemas da Amazônia durante os encontros da Amazônia ocorridos em Belém e Manaus, promovidos pelo Ministério do Interior.

Para a elaboração da proposta final do grupo de trabalho interministerial, cada órgão participante apresentou sua forma de contribuir para o atendimento das seguintes necessidades julgadas básicas e imediatas para a região: A primeira, a intensificação das relações bilaterais com os países vizinhos, com destaque para as trocas comerciais. A segunda, o aumento da presença brasileira na área. A terceira a ampliação e intensificação da ação da FUNAI junto às populações indígenas. A quarta, a intensificação das cam

panhas demarcatórias de fronteira, a ampliação da infraestrutura viária, a aceleração da produção de energia, o estímulo à interiorização de pólos de desenvolvimento econômico, a ampliação da oferta de recursos sociais básicos e o incremento da colonização.

Em todas as fases de estudo houve uma permanente preocupação no sentido de que o processo de desenvolvimento da Amazônia se faça sem a ruptura de suas características básicas, onde desponta o aspecto ecológico. Considerando a amplitude das ações necessárias ao atendimento das referidas carências básicas da região, bem como a evidente possibilidade de obtenção, a curto e médio prazo, dos recursos financeiros que permitissem aquelas ações, o grupo de trabalho interministerial orientou-se para a proposição de projetos específicos denominados no seu conjunto de PCN, que visa contribuir para a solução dos quatro primeiros problemas da região, referidos anteriormente. (A intensificação das relações bilaterais com o aumento da presença brasileira na área, a intensificação das ações da FUNAI e a intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira).

Assim, nasceu o Projeto. Os projetos especiais visavam atender essas quatro necessidades. Como havia essa limitação citada, o Projeto ficou ainda restrito no espaço. Foram escolhidos seis pólos para a concentração dessas ações. Um pólo está no NO de Roraima onde estão localizados os índios Yanomami, o outro o Rio Negro. O terceiro está ao norte e leste de Roraima, o quarto no Alto Solimões e Alto Traíra, o quinto em Tumucumaque e o sexto no norte do Amapá. Nessas áreas foi considerado que a parte mais crítica é a materialização da presença brasileira na linha de fronteira.

As demais necessidades básicas e imediatas desses trechos da faixa de fronteira, bem como a proposição de medidas que atendam todas as referidas carências existentes no imenso restante daquela faixa não abrangida pelo Projeto, e ainda de todo o núcleo interiorano da região e de suas orlas ribeirinhas ficarão na dependência de novas ações do governo. Essas ações deverão ser consideradas, especialmente, no Plano de Desenvolvimento da Amazônia, da alçada da SUDAM e do Ministério do Interior. O Exm^o Sr. Presidente da República reconheceu os limitantes da missão do GT Interministerial e aprovou em 19/12/85 a exposição de motivos da SEPLAN que propôs os projetos especiais que compõem o assim chamado Projeto Calha Norte, contendo a consolidação das ações propostas pelos diversos órgãos governamentais que participaram de sua elaboração. Assinaram a referida exposição de motivos os ministros da SEPLAN, Relações Exteriores, Interior e o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Vamos passar agora à apresentação do PCN propriamente dito. Como a gente pode ver, um projeto que ficou, por questões econômicas ,

limitado e como todo projeto tem sua dinâmica, que vai se manifestando à medida em que vai se implantando, ele já começa a fugir dessas quatro necessidades básicas. Já começa a querer fugir também daqueles 6 pólos e durante todo o horizonte do projeto nós não temos nenhuma dúvida de que ele poderá, através de ações integradas dos diferentes órgãos, abranger toda a faixa de fronteira, toda a zona interiorana e toda a zona ribeirinha.

O Projeto Calha Norte

Ao término da sessão anterior afirmamos que as ações se concentrariam em 6 pólos na faixa de fronteira, atendendo quatro das oito necessidades julgadas básicas imediatas. Após um ano e meio de execução, foi possível sentir que o Projeto não poderia limitar-se ao proposto inicialmente. Assim, para 1988, o Projeto está estruturado em 7 categorias. Volto a lembrar que ele nasceu... eram 4 categorias para atender 4 necessidades básicas. Considerando que hoje temos uma categoria de puramente acompanhamento do Projeto, nós estamos entrando em mais duas categorias para o atendimento daquelas necessidades básicas.

Na categoria 1 temos os projetos especiais para intensificação das campanhas de recuperação de marcos limítrofes. A 2ª categoria, projetos especiais para incremento das relações bilaterais. Categoria 3, projetos especiais para o aumento da presença militar na área; 4, projetos especiais para o incremento das ações da FUNAI na faixa de fronteira; 5, projetos especiais para a ampliação da infraestrutura viária; 6, projetos especiais para a ampliação de oferta de recursos sociais básicos e 7, uma categoria que engloba metas puramente administrativas.

Essas categorias, por sua vez, se desdobram em projetos especiais e nós temos, na 1 (relativa a marcos limítrofes), todo um apoio prestado à 1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, sediada em Belém, um órgão do MRE, cujas atividades são desenvolvidas, basicamente realizadas com os outros países como dito inicialmente, para intensificação e reposição de marcos. Além disso, o Projeto presta a essa Comissão um apoio bastante efetivo para que essa Comissão se reequipe e possa, efetivamente, trabalhar junto com as Comissões dos países fronteiriços.

Na parte de relações bilaterais temos um projeto especial que é a cooperação técnica internacional e a outra que é a ampliação e melhoria da rede consular de fronteira.

Na categoria 3, que abrange o aumento da presença militar, temos projeto especial onde participam a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. A Marinha iniciou sua primeira fase com 3 projetos espe-

ciais apoiando sua retaguarda que é aquela que dá o suporte a toda a navegação nessa área. Trabalhos na Base Naval de Valdeções, trabalhos na Estação Naval do Rio Negro e a construção de um navio patrulha. Já começa através dessa uma 2ª fase do projeto. Este ano nós fomos levados a reprogramar o Projeto para inserirmos esse Projeto no Programa de Ação Governamental para o quinquênio 87-91, então nós já abrimos outros projetos especiais dentro dessas sete categorias implantadas. Ainda falta... nós temos que implantar mais duas e a gente espera que com o tempo ela seja implantada.

O Exército basicamente está implantando unidades militares, um batalhão em São Gabriel da Cachoeira, 4 pelotões de fronteira, três aqui no Amazonas: um em Iauaretê, outro no Querari, outro em São Joaquim. Deverá esse ano iniciar a construção de um pelotão em Maturaca. Em Roraima está implantando um pelotão em Surucucu, ainda irá começar este ano Erico e Iauaris (?) e deverá implantar o pelotão de Tiriós. Isso sem contar outros projetos que visam melhorar ou reorganizar os comandos de fronteira já existentes, que é o 2º Comando.

A Aeronáutica participou na 1ª fase do projeto basicamente construindo, ampliando, melhorando aeródromos para atender a essas necessidades do Ministério do Exército e às necessidades da FUNAI. Inicialmente foram previstos 10 aeródromos para atender ao Ministério do Exército e 10 para atender a FUNAI. Desses 10 da FUNAI um foi eliminado porque a região não oferecia condições para implantá-lo, mas a FUNAI já vem dentro de sua atribuição que nós estamos dando... estamos pagando para a FUNAI para ela entrar efetivamente na área, ela vai solicitar novos aeródromos para o atendimento desses postos indígenas.

Em termos da FUNAI, ela participa com projetos especiais como o desenvolvimento de comunidades indígenas da 4ª Superintendência com sede em Belém e ela tem 13 projetos especiais específicos, projetos que descem a nível de Postos Indígenas. Esse é um trabalho muito bonito que a FUNAI vai desenvolver efetivamente a partir deste ano. Vai chegar ao atendimento efetivo dos PIs que é a menor unidade da FUNAI nessa área.

No projeto especial para as comunidades indígenas da 5ª Superintendência com sede em Manaus ela consta com 49 projetos especiais específicos. Tem um projeto que é de apoio à coordenação e acompanhamento onde esse conjunto foi inserido, toda aquela parte relativa ao problema fundiário da FUNAI.

Na categoria 5, infraestrutura viária, um projeto especial já está sendo executado, deve terminar a sua implantação esse ano, a BR 317, ligando S. Gabriel a Cucuí e um trabalho que está sendo feito na 156 Calçoene / Oiapoque. Isso a nível com recursos que

o projeto tinha quando foi lançado, foi inserido no programa de governo a custos de março. Hoje, provavelmente através de um esforço de coordenação, nós possamos conseguir recursos para entrarmos numa faixa muito maior nessa categoria, incrementando a ligação da BR 174 e uma série de outras estradas onde... no tempo estão sendo implantados pequenos trechos da BR 310 que permite o acesso a diferentes localidades na fronteira.

Na parte de oferta de recursos sociais básicos, o projeto especial visa estabelecer, já neste primeiro semestre, uma unidade de distribuição da COBAL em S. Gabriel da Cachoeira propiciando o fornecimento de 130 ton/mês de alimentos para SGC, através de uma unidade de distribuição. Já tivemos contato, ela será efetivada. Vamos construí-la nas proximidades do aeródromo para facilitar o escoamento dessas mercadorias, desses gêneros e para facilitar também a recepção desses alimentos, uma vez que seguindo por balsa serão desembarcados em Camanaus e serão levados por uma distância de 10 km. Estarão armazenados nessa unidade de distribuição e a COBAL, a nível de atacado, irá comercializá-los. Iremos também, dentro desse aumento de recursos sociais básicos, ter que construir alojamentos para elementos da Saúde. Estamos precisando com urgência construir alojamentos para médicos, dentistas e laboratoristas em Pari Cachoeira e Taracoá, e lá na área de Roraima. Estamos num esforço bastante grande tentando trazer, através do programa de assistência social integrada, onze profissionais de saúde para a área do Alto Rio Negro. Esses profissionais estarão atendendo necessidades primeiras em Sta. Isabel do Rio Negro, Taracuá e Pari Cachoeira. E precisamos construir na área de Pari Cachoeira uma área..... de Talvez na fase da troca de idéias a gente vá abordar porque nós estamos sempre falando em Pari Cachoeira. É porque nós temos que desenvolver ações aí e lá não temos apoio nenhum para essa ação. Por isso nós temos que fazer isso.

Então, como disse, o Projeto está estruturado em categorias, com cada categoria tendo um número variado, e aceitando um número maior de projetos especiais, e cada projeto especial admitindo um número de projetos especiais executivos. Já existem alguns im plantados e ainda há possibilidade de serem aumentados.

O recursos para 1988:

| | |
|------------------------------|-----------------|
| O Ministério da Marinha terá | 257.853 milhões |
| O Ministério do Exército | 572.953 |
| O Min. das Rel. Exteriores | .. 12.117 |
| O Min. da Aeronáutica | 404.171 |
| A FUNAI | 435.286 |

Estamos alocando à COBAL 5.700 milhões para o equipamento dessa unidade de S. Gabriel da Cachoeira e a Secretaria terá 3.920 pa-

ra acompanhamento.

No tocante aos recursos da FUNAI cabe tocar que os recursos serão bem maiores do que esses. A FUNAI assinou um convênio com o Ministério da Aeronáutica no valor de Cz\$ 61 milhões para fazer um levantamento sócio-econômico de todas as comunidades indígenas localizadas no Alto Rio Negro, no Alto Solimões, no Javari, em Roraima, pegando a parte dos Yanomami e pegando esse levantamento no Raposa, na Serra do Sol. Então é um trabalho, nós aí já podemos quantificar e estamos com 490 e poucos milhões ainda para a FUNAI, recursos de diferentes ministérios que nós, durante a fase de troca de idéias, podemos tocar no assunto e ver de que forma a mudança da política indigenista adotada pelo governo vem beneficiando o trabalho nessas comunidades.

Os recursos para o triênio 88-91, em 88 a preços de março de 87, nós temos inserido no programa de ação governamental 1 bilhão 837 milhões; em 90, 1 bilhão 519 milhões e, em 91, 897 milhões.

A situação atual do Projeto

A partir de 1988, de acordo com o programa de ação governamental 87-91, o Projeto foi desdobrado em duas fases. A fase 1 com término previsto para 1989 e a fase 2 com término previsto para 1992. Na categoria 1 seus projetos estão previstos para terminarem em 1988. Na categoria 2 (implantação e melhoria de instalações consulares na faixa de fronteira) foi construído o vice-consulado de Cayena e está em fase de construção o vice-consulado de Sta. Helena de Yarén. Com recursos de 88 serão melhorados o vice-consulado de Tabatinga e serão atacados, construídos vice-consulados em Mitu e Porto Ayacucho.

Os projetos na parte de cooperação técnica tiveram uma sobra de 87, eles prosseguem com esses recursos e a nível de suplementação eles serão ampliados.

Na categoria 3 o Pier da Base Naval de Valdeções tem o término previsto para novembro de 1988. As obras realizadas na Estação Naval do Rio Negro têm término previsto em fevereiro de 88. Os pelotões de Iauarete, S. Joaquim, Querari, Surucucu deverão ser guarnecidos a partir de fevereiro deste ano e prosseguem os trabalhos de construção do Batalhão de Fronteira de S. Gabriel da Cachoeira. A Comissão de Aeroportos da Região Amazônica prossegue as obras em Mello Franco, Jandú Cachoeira e Maturacá e iniciará Cucuí, Paracaima, Palikur, Amapari e Cumarumã.

Categoria 4, relativa à FUNAI. A FUNAI, com recursos de 86 e 87, canalizou os seus esforços para a regional de S. Gabriel da Cachoeira e Roraima. Prossegue a demarcação da terra indígena Pari Cachoeira que se encontra em fase de elaboração do seu plano de ação definitivo. Trabalharão com a FUNAI no Alto Rio Negro o Mi-

nistério da Agricultura, o Ministério da Previdência e Assistência Social, a Fundação SESP e órgãos do governo estadual.

Categoria 5 (no tocante à estrutura viária). Como disse, prossegue a implantação da BR 317 e da BR 156.

Categoria 6. No tocante ao incremento dos recursos sociais básicos, será construída uma unidade de distribuição da COBAL em S. Gabriel da Cachoeira para oferecer 130 ton. X mês de gêneros de 1ª necessidade e a dotação de 11 profissionais de saúde para o Alto Rio Negro e de 18 profissionais para Roraima. As instalações atuais serão melhoradas e projetadas novas instalações. Acomodações para profissionais de saúde terão que ser executadas até meados de março, porque o ingresso desses profissionais na área está previsto para início de abril.

Ações subsequentes aos Projetos Especiais

Finalmente o Projeto Calha Norte especifica no seu texto as premissas básicas estabelecidas para a Amazônia, as diretrizes gerais e os instrumentos que deverão nortear a formulação e o ajustamento dos programas relativos à Calha Norte ao Plano de Desenvolvimento da Amazônia que foi elaborado pelo Ministério do Interior e SUDAM. O PCN é fruto da ação do governo no sentido de promover e disciplinar o processo de aumento da presença brasileira naquela imensa, vazia, carente, riquíssima e desprotegida região, para assegurar a soberania e integridade do território nacional.

Alguns setores de opinião, com acesso à imprensa, têm acusado o Projeto Calha Norte de ser um projeto contra os indígenas; alguns outros setores também tentam colocar a Igreja contra o projeto e o governo, mas não têm conseguido êxito, pois a Igreja Católica e a sociedade nacional são testemunhas, ao longo de toda a história do Brasil, de que as Forças Armadas foram pioneiras na defesa da causa indígena. Foi o Exército Brasileiro, através de Rondon, quem primeiro tratou o índio como criatura humana e da primacia desse fato histórico o Exército não abre mão para nenhuma instituição. Foi o lema de Rondon: "morrer se necessário for, matar nunca". A partir de então, e sob essa visão, mudou a política indigenista brasileira. Esta é uma verdade histórica, que não pode ser esquecida. A convivência integrada e harmônica entre as Unidades Militares de Fronteira, o Correio Aéreo Nacional, os missionários e os índios, tem sido uma tradição ao longo de todo esse tempo.

Nesse momento da vida nacional em que aquela região carece de cuidados especiais, mais do que nunca é necessário esse trabalho harmonioso, heróico e despreendido de vários setores da sociedade nacional. O PCN não pode e não deve ficar limitado às limitações de órgãos ou instituições que trabalham na região. Temos a responsabilidade por nossos antepassados que com muita luta e sacrifício nos

legaram o atual território brasileiro. Temos agora o grande e indiscutível compromisso com as futuras gerações de entregar-lhes es se mesmo território, sem ameaças de qualquer natureza. OBRIGADO

Prof. Benchimol - Dando prosseguimento à sessão do ISEA, na qual tivemos a oportunidade de verificar os múltiplos objetivos do PCN, nós teremos uma sessão de debates em que o público poderá fazer democraticamente sua livre manifestação, através de perguntas, inquirições, reflexões críticas e solicitação de informações ao ilustre palestrante. Nesta oportunidade interferirá também, como assessor dos debates, o capitão de fragata Afonso Barbosa. Eu pediria ao ilustre auditório aqui presente que se levantem ou se inscrevam, ou então levantem a mão, só peço para se identificar, dizer o nome, a identificação. E, apenas uma solicitação, evitar discursos paralelos. Fazer perguntas objetivas, claras, a fim do palestrante poder responder a essas indagações porque teremos tempo limitado de 40 minutos... o Cel. deve seguir para B. Vista.

Intervenção - Cel., gostaria de saber dessa exposição que faz do Calha Norte... Sou seringalista do Japurá, da Vila Bittencourt. Fiz um projeto com o governo para o financiamento de seringais naquela região, sempre julga inviável, que o secretário daqui sempre julga inviável todo projeto de cidadão daquela região. Eu sou um profissional, respondo pelos meus atos mas, aqui, os homens que nos dirigem... nossos projetos sempre dão negação, principalmente o presidente de banco secretário de Planejamento, tudo isso, eles julgam as coisas sempre inviável. O sr. estava dizendo que vai ter ajuda. Acho que os seringalistas vão morrer de pobre... Eu vou morrer pobre. Mas sou profissional, garanto que sou brasileiro, tenho muita vontade de trabalhar, estou com 73 anos de idade, preciso trabalhar. Mas preciso que seja atendido naquela região. Meus avós morreram lá, todos seringueiros, seringalista, tudo índio. Já não sei mais a quem me dirigir aqui no Amazonas. Eu sou o primeiro da lista para falar com o governador do Amazonas, desde que ele assumiu o governo. Estou lá na lista e nunca falei com ele. Todos aqueles homens que ele botou contra mim, o secretário da Agricultura, do Planejamento, no meu projeto são contra mim. Agora pergunto, por que? Eu sou brasileiro, sou trabalhador, sou profissional... Falando de terras raras, naquela região tem bastante...

Prof. Benchimol - Pediria ao ilustre perguntador ser mais objetivo na sua pergunta.

Intervenção - A minha pergunta é a seguinte: todos os projetos do Calha Norte serão viáveis para o cidadão na região?

Cel. Nascimento - Bem, durante a nossa exposição nós dissemos que este ano o projeto entra...

Intervenção - Eu, como seringalista, digamos, posso fazer um projeto. Eu estou na área do Calha Norte, área de fronteira. É viável fazer um projeto para se trabalhar nessa região.

Cel. Nascimento - O projeto quando foi criado, por limitações de recursos ele ficou centrado naqueles seis pólos. Hoje ele já começa a crescer. Ele nasceu para atender a determinadas necessidades específicas da região. A partir deste ano ele começa a crescer na parte social. No atendimento ao social. O projeto ainda nessa parte, nós estamos trabalhando basicamente nessa área do ARN e RR. Neste ano de 88, na área do Japura é outro programa. Como eu disse, ele vai crescer, vai sair da faixa de fronteira, ele vai pegar a zona ribeirinha, ele vai pegar o hinterland...

Existe outro programa que é o Programa Faixa de Fronteira onde nós temos dois projetos: projetos de pequenas localidades e projetos municípios. Através desses projetos, a Sec. de Planejamento, a Sec. Geral do Conselho, tem procurado fazer com que essas ações cheguem efetivamente para a população dessas regiões. Agora, é um projeto essencialmente novo, um projeto previsto para um quinquênio, mas as suas ações nós temos certeza que vão passar de um programa de governo e vão seguir. É um projeto, como foi dito aqui, que visa criar condições para vivificar essa faixa de fronteira. Nós temos a convicção de que os problemas dessa área são problemas enormes. O governo muito pouco ou quase nunca chega nessas áreas, o PCN abre essa possibilidade. Nós estamos trabalhando de forma integrada com o Ministério do Interior, da Agricultura, da Saúde, da Educação. Todos esses ministérios, através das ações do PCN, do projeto Faixa de Fronteira, estão sendo compelidos a levar as suas ações para essas áreas. E não tenho dúvida de que essas populações vão se beneficiar disso. Que eu tenha conhecimento é a primeira vez que órgãos do governo levam suas ações para essa região.

Intervenção - PERGUNTA ININTELIGÍVEL

Cel. Nascimento - Você pode ser depreendido que o PCN não é um projeto militar. O PCN é um projeto que hoje está estruturado em 6 categorias e nessas categorias estão inseridas atividades e o aspecto militar é uma categoria só. Nós vemos uma maneira diferente de resolver os problemas. No total dos problemas, nesse universo de problemas que a gente tem que encarar, nós consideramos de forma diferente, nós procuramos tirar desse universo de problemas aquela variável que a gente quer controlar. E o PCN

está conseguindo isso na política indigenista. Ele conseguiu subtrair nesse mundo de problemas que existe na região do CN tirar o problema do índio e efetivamente está trabalhando para as comunidades indígenas. Está sendo desenvolvido um trabalho bastante intenso para que essas comunidades evoluam e atendam bem a seus anseios, porque eles querem evoluir. Ninguém impõe nada em termos de PCN. Eu gostaria, pela sua colocação, de deixar bem claro que o PCN tem basicamente 1/8 de sua colocação alocada ao aspecto militar. Não é um projeto militar. É um projeto inserido num programa de governo que visa atender aquelas necessidades básicas que foram julgadas necessárias de serem atacadas.

Cap. Afonso - Apenas para que nós continuemos com a nossa troca de idéias, num nível de respeito mútuo, nós não podemos aceitar aqui agressões às Forças Armadas em benefício do esclarecimento que nós propusemos, para o qual aceitamos convite do Governador Amazonino Mendes.

A outra colocação que gostaria de fazer é que não serão as Forças Armadas que cuidarão ou tratarão do problema dos índios e sim a FUNAI.

Dr. Ney Lacerda - ININTELIGÍVEL

(fez longa intervenção para advertir, mais uma vez, sobre o perigo de se expandir a oncocercose existente em território Yanomami e Baniwa)

Cel. Nascimento - O que nós podemos fazer está sendo feito em termos dessas áreas que estão sendo ocupadas por índios. Nós temos feito um trabalho e eu vou aproveitar a oportunidade, porque, várias vezes eu falei em Pari Cachoeira, é que com a mudança da legislação indígena foi atribuído aos diferentes ministérios a atribuição de participar efetivamente dentro dessas áreas. O trabalho vem sendo feito de uma forma bastante metódica. Nós entramos na área, fizemos um levantamento sócio-econômico, levantamos os problemas existentes na área, levantamos todos os meios existentes, procuramos auscultar todos os anseios e, como disse, fizemos aquele plano de ação para aquela área que engloba a atuação de todos esses ministérios. No dia de hoje estamos com um grupo de execução se deslocando para Maturacá, onde ele vai trabalhar 10 dias, com sede em Maturacá, levantando todos esses aspectos daquela região. Posteriormente se desloca para o Tototobi e vai fazer um levantamento desse tipo.

Dr. Ney Lacerda - Tototobi é um foco de oncocercose.

Cel. Nascimento - Isso. Daí, posteriormente, num trabalho mais demorado, esse grupo se desloca para Surucucu. Nós iremos fazer todo esse levantamento.

Dr. Ney Lacerda - Surucucu é outro foco de oncocercose.

Cel. Nascimento - Exato. Então a partir desse levantamento que tem início no dia de hoje e a gente espera terminado no dia 14 de março, segundo nosso cronograma, nós iremos estudar e valer-nos do conhecimento de pessoas da área para levamos efetivamente essas ações, no campo da saúde, para tentarmos minimizá-lo ou, se possível, acabá-lo. O problema grande que nós sabemos existir na área dos Yanomami está ligado à fome. Podem dizer que não, mas pessoas que conhecem a região têm nos trazido essas informações. E através desse levantamento e de um plano que nós juntamente com a FUNAI vamos iniciar no mês de fevereiro, pode, uma aeronave sediada em B. Vista, diariamente se deslocar para uma determinada terra indígena levando uma equipe de saúde e, se possível, levando alimentos básicos para através de todas essas ações efetivamente prestar o apoio a eles.

O problema de saúde na área... malária também, é um problema bastante grande, mas quando nós tivermos o problema levantado de forma criteriosa, nós iremos buscar a solução através de pessoas que efetivamente conhecem a área e que possam contribuir.

Dr. Ney Lacerda - (Continua falando ININTELIGÍVEL)

Cel. Nascimento - (Chateado solta um "puta merda" baixinho)

Dr. Ney Lacerda - ... Por exemplo, no caso da leishmaniose, primeiro se derruba a mata, depois se constrói as habitações, entregam as chaves das habitações às famílias e a seguir as autoridades sanitárias vem tomar conhecimento do fato para curar os doentes.

Não se deve nem pensar em fazer isso com a oncocercose por causa da gravidade da endemia. Ela é gravíssima, tem sintomas terríveis como a cegueira, de maneira que se o exército se instalar numa área dessas, como Surucucu, Cucuí, Tototobi, e instalar seus estabelecimento militares sem uma audiência constante e prévia da autoridade sanitária, vai pagar um preço muito alto a essa endemia.

Edgard Monteiro - (Fala em nome de uma série de entidades comerciais empresariais do Amazonas. Elogia a ação das Forças Armadas na região. Entrando na pergunta refere-se ao 1º item) "Eu gostaria de dar ênfase à revisão da atual legislação do comércio fronteiriço. A área empresarial está interessada nessa revisão, mais especialmente na reformulação da instrução normativa nº 104 de 17/10/84 que regulamenta o chamado comércio por via de fronteira".

"No item 2... nós temos um instrumento válido que é a Zona Franca de Manaus para incrementação dessa técnica de transmissão dessas informações que a Zona Franca de Manaus acumulou e que, infeliz-

mente parece não estar sendo aproveitada até agora.

O item 3 (revitalizar os mecanismos de Cooperação Amazônica), eu comecei dando ênfase à iniciativa privada que se constitui nesse grupo chamado Grupo de Integração Amzônico, visando trazer, exatamente para Manaus, a sede pró-tempore do Tratado de Cooperação Amazônica que até agora tem funcionado apenas no plano científico e cultural, quando para fundamentar o científico e cultural seria o estabelecimento do intercâmbio empresarial. Mais uma vez, nós temos a Zona Franca de Manaus como um instrumento valioso para que isso se realize.

O item 4 (reforçar a cooperação internacional no combate ao narcotráfico), foi falado realmente a tradição dos nossos índios no cultivo do epadu. Se nós, realmente, motivarmos, se nós trouxermos, não através da violência como realmente tem ocorrido, sobretudo regulamentando a lei 5937 que proíbe o comércio de couros e peles, que é uma violência que se comete contra o interiorano, marginaliza todo o interiorano da Amazônia, porque ele vive ainda da caça e da pesca. E essa lei é uma violência. Eu conheço o caso até de forças militares, infelizmente o Exército apreendeu carne de caça e jogou no rio, como aconteceu na cidade de Tabatinga alguns anos atrás. Isso precisa ser proibido para que essa integração que nós amazônicos desejamos e que o povo brasileiro precisa realmente, ocorra. Então o sucesso no plano regional para um combate ao narcotráfico precisa da conscientização dos naturais da terra.

Retomar estudos para novas ligações rodoviárias. Isto é importantíssimo para nós, sobretudo no que diz respeito à BR 174. A Venezuela já cumpriu a sua parte, porque nós não cumprimos a nossa. Acho que chegou o momento de que a BR 174... gostaria que fi casse claro quando isso será realizado.

E finalmente, reforçar a rede consular de fronteiras. Nós, pelos contatos que temos tido com os representantes da Bolívia, Colômbia, Venezuela, Equador, República da Guiana, sabemos do interesse que eles têm que esse intercâmbio, que essa melhoria da nossa representação na faixa de fronteira aconteça, porque para eles também é muito importante.

Paradoxalmente, apesar da nossa faixa de fronteira ser desassistida como o sr. acentuou, nós ainda temos condições sociais, comerciais e, digamos, mesmo culturais, muito melhores do que os países... o que nos dá, por fator de sorte, a condição de ainda termos uma certa preponderância. Eram estes os seis pontos".

Cel. Nascimento - Na parte de comércio fronteiriço, o Calha Norte dedicou uma parte ao comércio fronteiriço sob a coordenação do Ministério da Fazenda, há um grupo interministe-

rial atacando uma série de problemas relativos ao comércio fronteiriço entre Roraima, Venezuela e Guiana. Há 20 dias convocamos uma reunião desse grupo de trabalho para sabermos em que nível estão as providências àquelas medidas. Quase todos os itens que foram levantados pelo grupo de trabalho estavam sendo abordados. Por exemplo, há um mecanismo que postula a Associação Comercial de Roraima no tocante ao funcionamento da CACEX. O que fez o Ministério, ele não levou diretamente para Roraima ou para B. Vista uma Delegacia da CACEX, mas ele tem um funcionário lá somente para cuidar das guias de importação, mandá-las de malote para Manaus e, da forma mais rápida possível, tentar viabilizar. Mas nós sabemos que esse mecanismo ainda não está funcionando. Mas também sabemos que esse mecanismo não está funcionando por causa dos homens que querem valer-se desse serviço lá na área. Então, através do Secretário de Planejamento do Território, vai haver uma outra campanha visando melhorar os conhecimentos dos usuários dessas facilidades. Dentro desse grupo de trabalho havia uma pretensão de aumentar de mil para dois mil dólares a compra de cidadão venezuelanos ou não brasileiros, realizadas no território brasileiro. Nós estamos efetivamente trabalhando para ultrapassar aquele teto de 300, já foi elevado a 1.000, mais uma vez eu digo que isso foi feito através de instrumento da delegacia regional de Belém e também não está sendo bem cumprido na área, ainda há fiscais na fronteira que insistem em manter os 300. O que nós estamos pleiteando, uma listagem de produtos básicos que a associação comercial apresentou, a gente possa estender de forma recíproca para que o cidadão possa ir à Venezuela ou Guiana, mas a Venezuela a nível de 2 mil, também trazer as mercadorias para atender àquelas necessidades. Em termos de facilidades, de itens listados, o que ocorre com Roraima é uma situação bastante incrível. Hoje Roraima é toda alimentada com usinas termoelétricas. Você imagina o esforço que a PETROBRÁS faz para colocar 60 a 70 mil litros/dia de diesel gastos naquela área, gastando 2 litros para levar um litro, quando a Venezuela tem possibilidade e já se comprometeu conosco, em função da visita do presidente, de até mesmo vender o produto a preços do mercado venezuelano. E nos interessa muito isso, e nós estamos trabalhando junto ao Conselho Nacional de Petróleo, inclusive para comprar o asfalto, porque nós temos uma necessidade urgente. Nós vemos na BR 174, de forma mais necessária, completar a ligação Caracará/Boa Vista, faltam 70 km. O PCN está alocando recurso para isso. O GEIPOT está elaborando, na fase final do PRODEST, e nós estamos nos integrando a eles para nós, efetivamente, completarmos essa ligação. E vamos, através de relações com o Ministério das Relações Exteriores que também está neste contexto, nós pretende

mos fazer um trabalho efetivo junto ao Conselho Nacional de Petróleo para que a gente possa trazer da Venezuela o asfalto, o diesel, se bem que isso seja para atender uma necessidade imediata, porque Roraima tem condições de ter uma hidroelétrica, ela já iniciou a sua construção para gerar 54 megawatts, estava estimada em 114 milhões de dólares, o Banco Mundial liberou uma parcela de 14 milhões, sob o pretexto de que o lago caminhava em direção a uma terra indígena esse empréstimo foi sobrestado, então nós temos ainda 100 milhões de dólares para que a usina hidroelétrica de Pa redão seja uma realidade e resolva o problema de energia elétrica em Roraima.

No tocante à cooperação técnica, dentro de uma categoria do Projeto, nós temos para este ano de 88 um intercâmbio formalizado pelo Departamento de Cooperação Técnica e Científica do MRE com a Venezuela, com o Suriname, com a Colômbia e com a Guiana, para 89 nós pretendemos estender isso para o Depto. Ultramarino Francês da Guiana. Convênios de cooperação proporcionando a troca de técnicos para melhorar o intercâmbio. No ano de 87 o Brasil teve de forma efetiva que assumir a secretaria pró-tempore, porque a Bolívia não estava em condições de secretariar. O PCN, até 87, alocou recursos para a secretaria pró-tempore, entretanto, sabe-se que através do MRE este ano deverá ser feito um esforço para que o Brasil volte a secretariar o Tratado de Cooperação Amazônica.

Na parte de cooperação internacional ao combate ao narcotráfico, o que nós temos é a existência de uma comissão mista com a Venezuela, e já fomos consultados pela Venezuela para a formação de uma segunda comissão mista. Eles querem sediar essa comissão em Cucuí. Nós fizemos uma proposta para trazerem essa comissão para S. Gabriel da Cachoeira. Está em negociações a nível de Ministério das Relações Exteriores a implantação dessa segunda comissão mista para o combate ao narcotráfico.

No tocante à atuação dessa lei 5937, o sr. vai me desculpar, eu desconheço essa atuação das Forças Armadas e eu não tenho conhecimento dessa Lei para abordar.

No tocante à ligação rodoviária colocamos alguma coisa. A nível de preços de março/87 nós conseguimos alocar de forma efetiva recursos para um trecho S. Gabriel da Cachoeira/Cucuí e um trecho da BR-156 que é de implantação do trecho Calçoene-Oiapoque. Agora, a nível de suplementação, a coordenação do PCN irá levando em conta as variações dos índices, já a partir de fevereiro deste ano. Nós temos recursos para implementar essas nossas ações na BR-174, principalmente utilizando essa oportunidade que a Venezuela está querendo abrir. A ligação até Sta. Helena do Yarên está condicionada à nossa ligação de Boa Vista até o BV-8, e fruto dessa visita do presidente, gestões estão sendo feitas para que a

gente consiga efetivamente trabalhar na BR-174. O Batalhão de Engenharia terá, através do PCN, recursos para essas obras de arte, que hoje uma grande parte tem sido feita de madeira, transformar isso em forma definitiva a uma cadência de 300 m/ano. Isso também está a nível de suplementação.

No tocante à rede consular nós julgamos de grande importância essa atuação, e nós temos já em Caiena um vice-consulado implantado. Em Sta. Helena do Yarén em fase de implantação. Em Letícia o nosso vice-consulado realmente não representa bem o nosso país. Nós temos recurso alocado para o vice-consulado pelo qual irá sofrer melhorias. Os vice-consulados em Mitú e Puerto Ayacucho estão também previstos para o ano de 88. E fica faltando um consulado em San Jorge que é uma meta para 1989.

Essas são as ações que nós temos desenvolvido. Ainda sobre o problema do comércio fronteiriço, ocorreu-me agora, com esse problema de consulado, em Roraima tem uma situação curiosa que é o problema da aduana venezuelana. Os homens que transportam produtos brasileiros são obrigados a deixar o seu caminhão na fronteira, ingressar no território venezuelano algumas centenas de quilômetros para carimbar uma guia, voltar, pegar o seu caminhão e ingressar na Venezuela. Gestões estão sendo feitas para que ali em Sta. Helena do Yarén aquele posto funcione 24h/dia e tenha condições de prestar efetivamente aquele serviço.